



PREFEITURA MUNICIPAL DE

JAPI

TERRA QUELÉCIA

Estado do Rio Grande do Norte
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPI
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
João Batista Confessor, 19 – Centro – CEP: 59213-000
CNPJ: 12.348.746/0001-70



TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº.: 44/2024

Contratação da empresa: SEBRAE/RN, para prestação de serviços de Consultoria em gestão de resíduos sólidos.

Inexigibilidade nº 29/2024

1. Do objeto

1.1. O presente processo tem como objeto a contratação de Consultoria em gestão de resíduos sólidos – coleta seletiva e gestão da Cooperativa de catadores de materiais recicláveis, Secretaria Municipal de Saúde, Japi/RN, conforme as especificações e condições estabelecidas neste **TERMO DE REFERÊNCIA**.

2. Da justificativa:

Justificativa da Necessidade

Envelhecimento Populacional: Com o aumento da expectativa de vida, há uma crescente demanda por políticas públicas que promovam o envelhecimento ativo e saudável. A prática de atividades físicas regulares é crucial para a manutenção da saúde e independência dos idosos.

Prevenção de Doenças Crônicas: A construção de uma academia de saúde permitirá a implementação de programas de exercícios físicos supervisionados, essenciais na prevenção e manejo de doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes, hipertensão e doenças cardiovasculares, que são prevalentes na população de Japi/RN.

Inclusão Social e Acessibilidade: A academia de saúde será projetada para ser acessível a todos os cidadãos, incluindo pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, promovendo a inclusão social e garantindo que todos tenham a oportunidade de adotar um estilo de vida mais ativo e saudável.

Promoção da Saúde Mental: A prática de exercícios físicos é reconhecida como uma estratégia eficaz na promoção da saúde mental, ajudando a reduzir o estresse, a ansiedade e a depressão. A academia de saúde fornecerá um ambiente seguro e acolhedor para que os cidadãos possam cuidar de sua saúde mental e física.

Objetivos e Benefícios

Melhoria da Qualidade de Vida: Proporcionar um espaço adequado para a prática de atividades físicas, promovendo a saúde e o bem-estar geral da população.

Redução de Custos com Saúde: Investir na prevenção de doenças através da atividade física resulta em economia para o sistema de saúde, diminuindo a necessidade de tratamentos médicos e hospitalizações.

Estímulo à Prática de Atividades Físicas: Oferecer infraestrutura de qualidade para incentivar a prática regular de exercícios físicos, combatendo o sedentarismo.

Fortalecimento da Comunidade: Criar um espaço de convivência que fortaleça os laços comunitários, promovendo a interação social e a coesão entre os moradores.

3. Das especificações abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL
0001	Diagnóstico situacional – T0 e orientações, PREVISÃO PARA O INÍCIO DIA 08 DE JULHO E TÉRMINO DIA 30 DE JULHO DE 2024.	hora	20	R\$ 150	R\$ 3.000,00
0002	Consultoria Gestão e Cooperativa - em gestão (reorganização do grupo e das rotinas) / Orientações sobre associativismo e cooperativismo (organização documental/ assembleia/ regimento interno) /Orientações para fortalecimento da comunicação e marketing/ Apoio à gestão para implantação do comitê gestor da coleta seletiva/ Plano da coleta seletiva/ Minuta de Lei de Coleta Seletiva/ Consultoria Multiplicadores (Gestão)/ Apoio na Educação Ambiental nas escolas/ Relatórios. INÍCIO DIA 08 DE JULHO, TÉRMINO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2024.	hora	200	R\$ 150	R\$ 30.000,00
0003	T1 - Monitoramento e verificação das mudanças realizadas no período e apresentação de resultados. INÍCIO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2024, TÉRMINO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2024.	hora	20	R\$ 150	R\$ 3.000,00
0004	DESpesas Deslocamento, 299 km/ mês x 8 visitas = 2392	SERV/KM	2.392,00	1,05	R\$ 2.511,60

4. Critério de julgamento

4.1. Não se aplica.

5. Da dotação orçamentária

5.1. A Dotação Orçamentária deverá ser informada pela Secretaria Municipal de Saúde, Prefeitura Municipal de Japi em momento oportuno, após realização de pesquisa mercadológica.

6. Acompanhamento e fiscalização da execução

6.1. A Secretaria Municipal de Saúde, Japi/RN designará um gestor titular e um substituto para exercer a fiscalização do contrato resultante deste Termo de Referência que registrará todas as ocorrências, deficiências em relatório, cuja cópia será encaminhada à contratada, objetivando a imediata correção das



irregularidades apontadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§§ 1º, 2º e 3º do art. 117 da Lei nº 14.133/21.

6.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da execução do objeto e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato.

7. Das obrigações da contratada

7.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 14.133/21, a CONTRATADA deve ainda as obrigações seguintes:

7.2. Manter a regularidade jurídica/econômico/financeiro e fiscal, bem como sua qualificação técnica, durante toda a execução do Contrato, bem como cumprir fielmente todas as disposições constantes no Termo de Referência.

7.3. Fornecer o serviço rigorosamente com a mesma especificação daqueles aprovados conforme procedimentos descritos no item 3 deste Termo;

7.4. Entregar as demandas dentro do prazo de validade, conforme o caso;

7.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.6. Submeter-se à fiscalização da CONTRATANTE e designar preposto para atender as solicitações da Secretaria Municipal de Educação, Japi/RN na execução do contrato.

7.7. Informar imediatamente a CONTRATANTE as alterações de dados, como por exemplo, endereços, telefones, nome de representantes, que possam influenciar na comunicação das partes.

7.8. Atender as convocações da CONTRATANTE cumprindo os prazos estipulados pela Administração em cada convocação seja na hipótese de assinatura de contratos e aditivos.

7.9. Ter plenas condições de entregar o objeto estabelecido em contrato e/ou Autorização de compra expedida pela CONTRATANTE, atendendo todas as condições previstas no Termo de Referência e Edital.

7.1.0. Apresentar os preços do objeto contratual abrangendo todas as despesas, entre as quais se destacam: impostos, taxas, fretes e demais encargos, de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto, deduzindo os abatimentos eventualmente concedidos.

7.1.1. Atender aos prazos, objetivos e cronogramas estabelecidos.

7.1.2. Dar plena e fiel execução ao contrato, respeitadas todas as cláusulas e condições estabelecidas.

7.1.3. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Secretaria Municipal de Educação de Japi ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

8. Das obrigações da contratante

8.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº. 14.133/21, o CONTRATANTE deverá:

8.2. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar suas obrigações de acordo com as determinações do Termo de Referência, do Contrato, e seus Anexos;

8.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais, com os termos de sua proposta comercial e com a legislação vigente;

8.4. Pagar à Contratada o valor resultante da entrega do serviço, na forma do contrato;

8.5. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, podendo notificar a contratada sobre eventuais alterações destas condições;

8.6. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, por meio de servidor designado da SEMS de Japi;

8.7. Aplicar as sanções regulamentares e contratuais, se necessário;

8.8. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

8.9. Comunicar à Contratada as eventuais irregularidades observadas na execução do contrato para adoção das providências saneadoras.

9. Condições e prazo de pagamento

9.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias a contar do atesto da Nota Fiscal, salvo quando houver pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, depois de entregues os materiais adquiridos, por meio de depósito em conta corrente, mediante Ordem Bancária.

9.2. A Nota Fiscal deverá ser apresentada devidamente preenchida e discriminada, em nome da secretaria demandante.

9.3. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, ela será devolvida pelo gestor à contratada e o pagamento ficará pendente até que ele providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a secretaria demandante;

10. Sanções

10.1. O descumprimento das condições estabelecidas neste Termo sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas em lei, conforme o disposto abaixo;

10.2. Com fulcro nos artigos 86 e 87 da Lei nº 14.133/21, o órgão contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:



b.1) 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado e por descumprimento das obrigações pactuadas, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida;

b.2) 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado, no caso de inexecução parcial e 10% (dez por cento) sobre o mesmo valor, no caso de inexecução total do objeto.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Japi por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

11.3. O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo órgão contratante à adjudicatária, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou cobrado judicialmente. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não à penalidade de multa da alínea "b".

11.4. As penalidades previstas nesta cláusula obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei nº 14.133/21.

11.5. Os recursos, quando da aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c" poderão ser interpostos no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato.

11.6. No caso das penalidades previstas na alínea "d", caberá pedido de reconsideração ao Est. Senhora Prefeita Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

12. Habilitação jurídica

12.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus representantes;

12.2. No caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

12.3. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13. Regularidade fiscal e trabalhista

13.1 Deverão, de forma obrigatória, apresentar as seguintes certidões em suas respectivas conformidades legais, fiscais e tributárias;



- Certidão Negativa de Débito Estadual e Municipal;
- Comprovante de Regularidade Fiscal (FGTS);
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, conforme Lei nº 12.440/2011;
- Prova de regularidade de Tributos Federais e Dívida Ativa da União.

14. Responsável pela elaboração do termo de referência:

Japi/RN, em 24 de maio de 2024.

Francisca Florentino do Nascimento Pontes
Secretária Municipal Saúde
Mat. nº 6270